MANUAL DE REGISTRO DE LEILOEIROS NA JUCISRS

2ª EDIÇÃO - 09/2023

DESENVOLVIDO PELA DIVISÃO DE AGENTES E AUXILIARES DO COMÉRCIO



1.	MATE	RÍCULA				
	a.	O que é?	3			
	b.	Protocolo	3			
2.	RENO	VAÇÃO DE CARTEIRA DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL				
	a.	Documentos necessários	14			
	b.	Agenda para entrega de documentos	16			
	c.	Posso entregar os documentos por e-mail?	18			
3.	RENO	VAÇÃO DE MATRÍCULA				
	a.	Documentos necessários	18			
	b.	Agenda para entrega dos documentos	19			
4.	PREPOSTO DE LEILOEIRO					
	a.	Protocolo de indicação	20			
	b.	Documentos necessários	20			
5.	GARA	NTIA				
	a.	Valor da caução e formas de garantia				
	b.	Procedimento para substituição da caução (DINHEIRO/APÓLICE)	21			
	c.	Saque de rendimentos	23			
	d.	Renovação de apólice	24			
6.	CERT	IDÃO DE LEILOEIRO				
	a.	Procedimento	24			
	b.	Como retirar a certidão				
	c.	Como retornar uma situação em exigência	29			
7.	OUTR	AS PERGUTNAS FREQUENTES				
	a.	Atualização cadastral				
	b.	Sou leiloeiro e quero abrir uma empresa				
	c.	Dispensa de preposto				
	d.	Cancelamento de matrícula				
	e.	Comunicação de afastamento	32			
	f.	Oferecimento de denúncia	33			
	g.	Relação de leiloeiros				
	h.	Como faço para solicitar segunda via de termo de compromisso?	33			
ANEXO I3						
ANEXO II						
	ANEXO III3					
A B TI	DAZO TE	,	25			



MATRÍCULA DE LEILOEIRO

a) O que é?

Leiloeiro é o profissional que organiza leilões. A principal atividade desenvolvida pelo leiloeiro é a intermediação na venda de bens. Para tanto, a norma exige da profissão que o leiloeiro confirme a venda para aquele que oferecer melhor lanço (melhor valor pelo bem objeto do leilão), exigindo, do profissional, a publicação de edital de venda e a responsabilidade, em regra, pela guarda dos bens até sua venda efetivada.

b) Protocolo

Para a realização da matrícula de leiloeiro, o usuário deve efetivar, de forma **digital**, o protocolo do processo de matrícula acompanhado do pagamento do preço público, nos termos do artigo 47, da <u>IN DREI 52/2022</u>:

Art. 47. O processo de habilitação inicia-se com a apresentação de requerimento de matrícula pelo interessado, mediante o pagamento do preço público (...)

Além disso, nos termos do mesmo artigo, são requisitos para o exercício da profissão de leiloeiro:

- I ser cidadão brasileiro;
- II encontrar-se no pleno exercício dos seus direitos civis e políticos;
- III estar reabilitado, se falido ou condenado por crime falimentar;
- IV não estar condenado por crime, cuja pena vede o exercício da atividade mercantil;
- V não integrar sociedade de qualquer espécie ou denominação, ressalvadas as sociedades cujo o objeto social seja exclusivamente a gestão patrimonial de bens próprios ou a participação em capital social ou ações de outras pessoas jurídicas (holding pura).
- VI não exercer o comércio, direta ou indiretamente, no seu ou alheio nome;
- VII não ter sido punido com pena de destituição da profissão de leiloeiro, ressalvado o disposto no art. 98; e
- VIII ter idoneidade comprovada mediante a apresentação de identidade e certidões negativas expedidas pelas Justiças Federal, Estadual e do Distrito



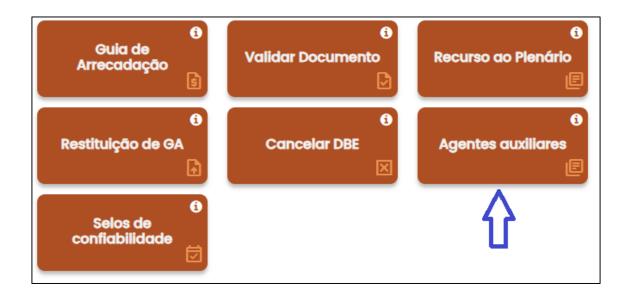
Federal, no foro cível e criminal, correspondentes à circunscrição em que o candidato tiver o seu domicílio, relativas ao último quinquênio.

Para fins protocolizar o processo de matrícula, o requerente deve seguir os seguintes passos:

Acessar o portal de serviços da JUCISRS em https://portalserviços.jucisrs.rs.gov.br e clicar em "Outros Serviços":



Em seguida, clicar em "Agentes auxiliares":

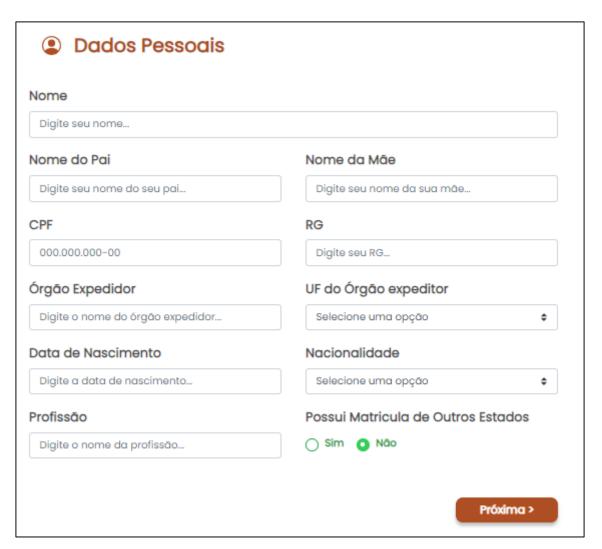




Após, clicar em "Leiloeiro"



Clique em "Matrícula" e preencha os dados solicitados:



No caso de o requerente possuir matrículas em mais de um Ente Federado, serão solicitados outros dados que devem ser preenchidos:



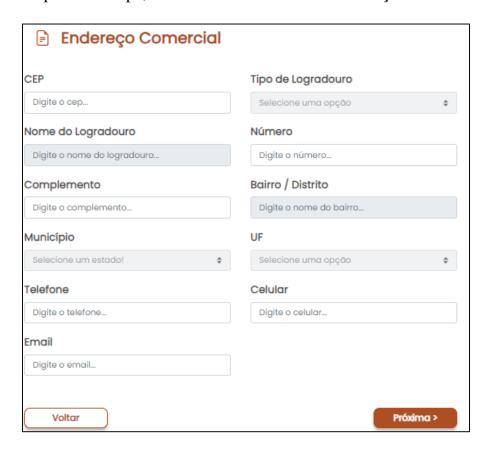


Na próxima etapa, serão solicitados dados acerca do endereço residencial nos quais devem constar, pelo menos, 1 (um) número de telefone, obrigatoriamente:





Na próxima etapa, serão solicitados dados de endereço comercial:



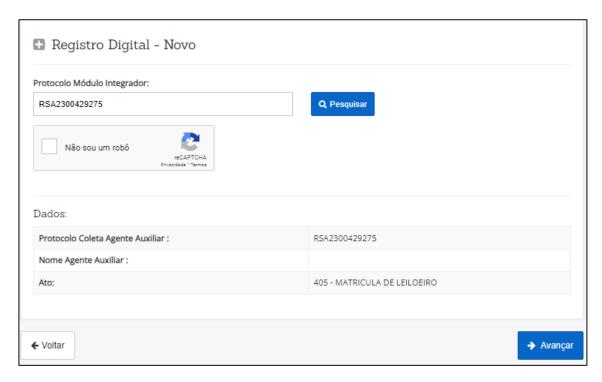
Já na tela seguinte, haverá o preenchimento das informações acerca dos requisitos para ser leiloeiro, nos termos do artigo 47, da <u>IN DREI 52/2022:</u>

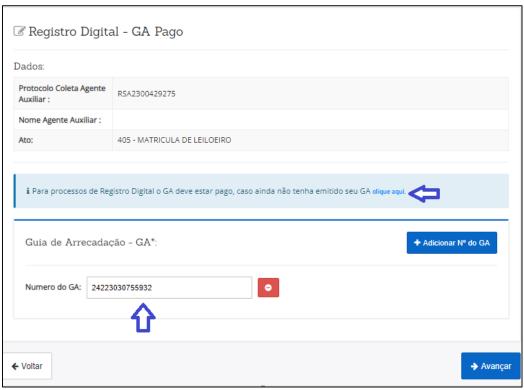




Feito isso, o requerente será direcionado à tela do registro Digital para sequência, em que será gerada a Guia de Arrecadação (GA) para o pagamento do preço do serviço.

OBS.: CASO O REQUERENTE JÁ TENHA UMA GUIA PAGA, PODE, SIMPLESMENTE, DIGITAR O NÚMERO DO DOCUMENTO JÁ PAGO.





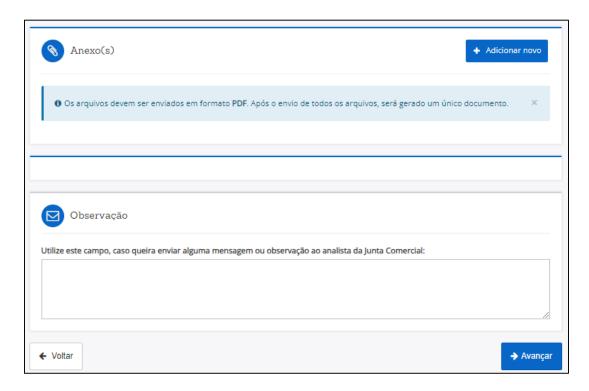


O requerente deverá informar o local e data de assinatura do documento e, posteriormente, deverão ser anexados os documentos para análise, quais sejam:

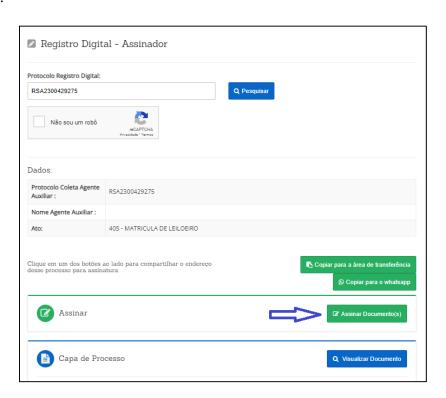
- a) documento de identidade, para o caso do inciso I, do artigo 47, da IN DREI 52/2022;
- certidão de quitação eleitoral expedida pelo TRE ou Título e comprovante de votação, para o caso do inciso II, do artigo 47, da IN DREI 52/2022;
- c) certidão negativa de falência expedida pela Justiça Estadual, para o caso do inciso III, do artigo 47, da IN DREI 52/2022;
- d) declaração de desimpedimento nos termos do disposto no CCB (art. 1.011 § 1°, disponível no link https://jucisrs.rs.gov.br/upload/arquivos/201612/02154732-modelo-de-declaracao-de-desimpedimento.pdf), para o caso do inciso IV, do artigo 47, da IN DREI 52/2022;
- e) Certidão de inexistência de inscrição no registro mercantil expedida pela Junta Comercial que o está matriculando - por meio de certidão específica solicitada via internet – devendo constar de forma específica que é para fins de obter matrícula como leiloeiro, para os casos dos incisos V e VI, do artigo 47, da IN DREI 52/2022; E
- f) Certidões negativas de débito a serem apresentadas são: Emitidas pela Justiça Federal e Estadual, em matéria cível, criminal, fiscal e patrimonial; as certidões negativas de débitos fiscais do Estado, Município, INSS, FGTS e as negativas de cartório de registro de protesto, para o caso do inciso VIII, do artigo 47, da IN DREI 52/2022.







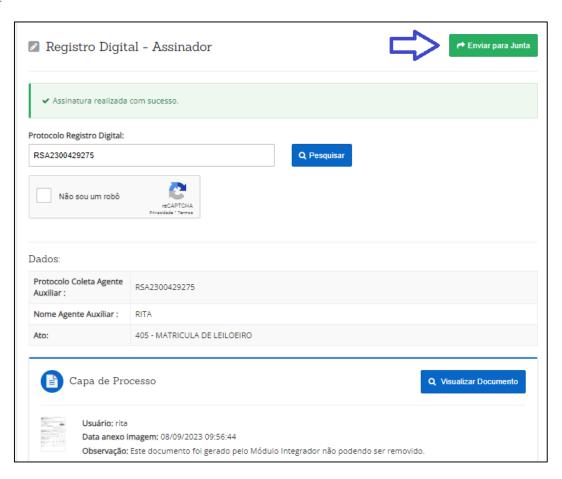
Clicando em "Avançar", o requerente será direcionado para a tela de assinaturas. Clique em "Assinar documentos". As assinaturas são realizadas por intermédio do GOV.BR. Quando acionado o sistema de assinaturas, o requerente recebe um código por mensagem de texto (SMS) no celular. Confirme o código e prossiga com o processo de matrícula.





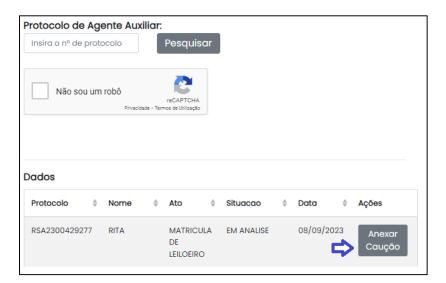


Feito isso, o requerente pode visualizar os documentos e, após, enviar o processo para análise.

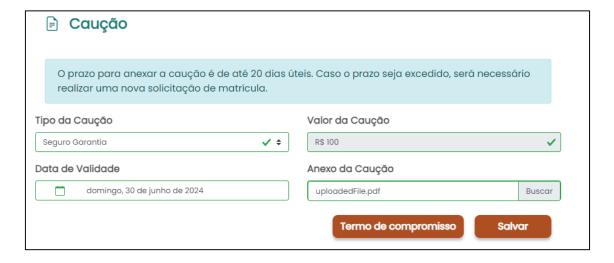




Na tela de consulta, o requerente pode acompanhar o andamento do seu processo que, se estiver todo em ordem, será encaminhado e-mail solicitando que apresente documento comprobatório da prestação da caução.

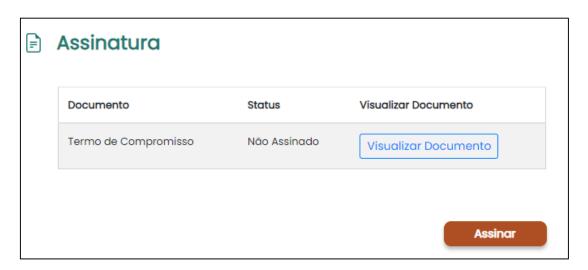


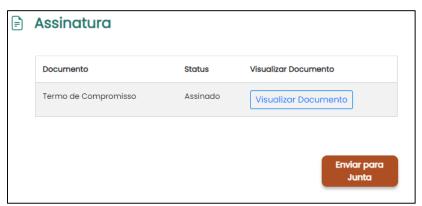
Quando o requerente clica em "Anexar Caução", é direcionado a outra tela para a formalização do tipo de caução prestada, se em dinheiro, seguro garantia ou carta fiança, bem como a anexação dos documentos referentes a cada tipo de caução prestada.



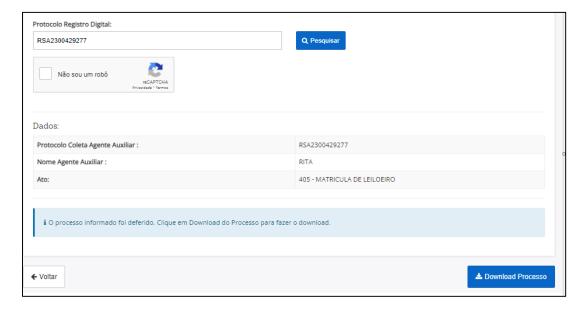
Depois de salvar a documentação, o requerente é direcionado para a assinatura do termo de compromisso:







Após o envio do processo, este ficará em tramitação, podendo, o requerente, acompanhar o andamento por meio da tela de consulta:





2. RENOVAÇÃO DE CARTEIRA DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL

a) Documentos necessários

Para fins de renovação da carteira de exercício profissional, o leiloeiro deve apresentar os seguintes documentos:

- i. Foto 3x4;
- ii. Guia de arrecadação paga mediante seleção do código "710 EXPEDIÇÃO DE CARTEIRA DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL";
- iii. Carteira de exercício profissional original ou boletim de ocorrência de perda, roubo, extravio, etc.; e
- iv. Requerimento solicitando a devolução pelo correio, informando endereço completo com CEP (não há modelo de requerimento)¹

A guia de arrecadação deve ser emitida no Portal de Serviços da JUCISRS pelo código 710 — Expedição de Carteira de Exercício Profissional. http://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/



Guia Arrecadação						
Escolha um dos serviços abaixo:						
Empresas com sede em Rio Grande Do Sul	Empresas com sede em Outro Estado	Autenticação de Livros	Consulta a Documentos			
Leiloeiro e Tradutor	GA dos Usuários					

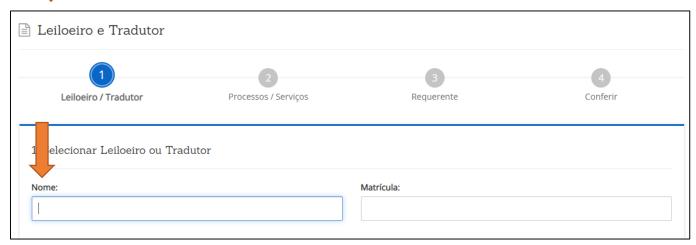
¹ O requerimento é simples, bastando a indicação da qualificação do leiloeiro, a <u>requisição</u> pela renovação da carteira de exercício profissional e, ainda, o envio da nova carteira pelo correio para o endereço completo com CEP.



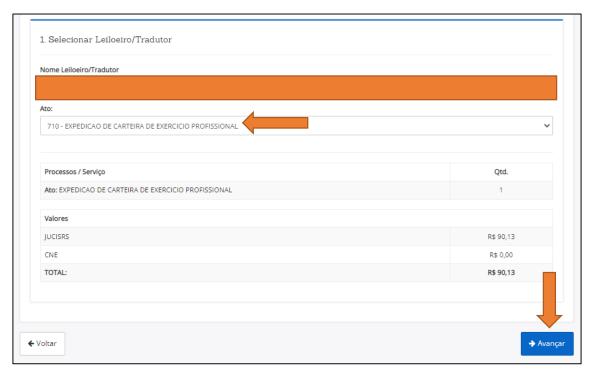




PREENCHA SOMENTE COM O NOME



SELECIONE EVENTO 710 (EXPEDIÇÃO DE CARTEIRA DE EXERCÍCIO PROFISSIONAL) E CLIQUE EM "AVANÇAR":

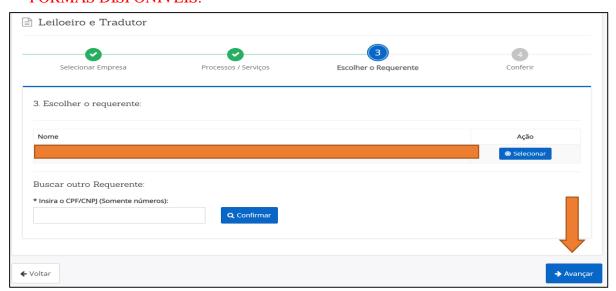




ESCOLHA O REQUERENTE. CASO SEJA O MESMO USUÁRIO DO GOV.BR, CLIQUE EM "SELECIONAR"; CASO SEJA OUTRO REQUERENTE, DIGITE O CPF E CLIQUE EM "CONFIRMAR" E, APÓS, CLIQUE EM "AVANÇAR"

CONFIRME OS DADOS QUE APARECEM E, EM SEGUIDA, CLIQUE NO BOTÃO VERDE "CONFIRMAR".

DEPOIS DE CONFIRMADO, IMPRIMA O BOLETO E PAGUE NAS FORMAS DISPONÍVEIS.





b) Agenda para entrega de documentos

Para a entrega dos documentos referidos no item 2, "a", o leiloeiro deve realizar o agendamento:

O agendamento para a instrução do processo de matrícula pode ser realizado pelo site da JUCISRS (https://jucisrs.rs.gov.br/agendamento-para-protocolo-de-processos)



CLIQUE EM "CONTINUAR"

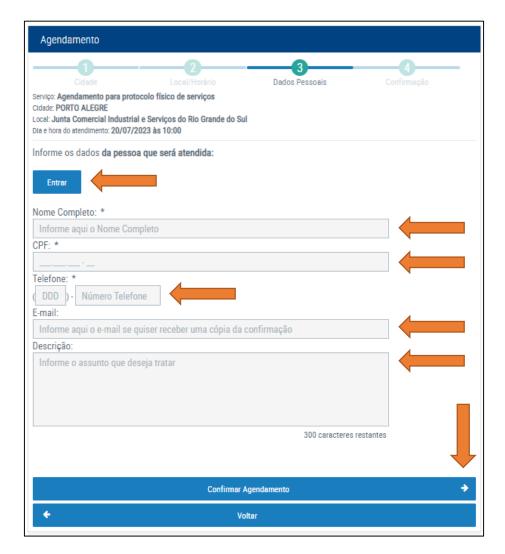


ESCOLHA A DATA E UM DOS HORÁRIOS DISPONÍVEIS



PREENCHA COM SEUS DADOS, INFORME A DESCRIÇÃO DO SERVIÇO QUE DESEJA E CONFIRME O AGENDAMENTO





c) Posso entregar os documentos por e-mail?

Não é possível a entrega de documentos por e-mail. Somente na forma física, nos moldes do item anterior.

Porém, atualizações no cadastro do profissional, tais como endereço, e-mail etc., podem ser realizadas por e-mail a ser enviado para <u>recursos@jucisrs.rs.gov.br</u>, nos moldes do item **7**, "a".

3. RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA

a) Documentos necessários

Anualmente, a Junta Comercial procede com a renovação de matrículas dos leiloeiros matriculados no Estado até o dia **10 de março de cada ano.**

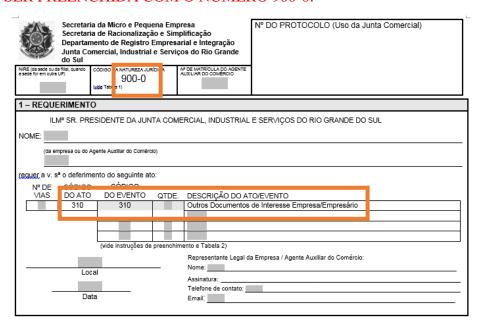
Para o processo de renovação são necessários:



- i. Capa do processo, preenchido com Ato e Evento 310 OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESÁRIO - Natureza Jurídica 900-0:
- ii. Guia de arrecadação, nos moldes do item 2, 'a', código 310 OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESÁRIO;
- iii. Documentos constantes no artigo 7° e §§ da Resolução Plenária 005/2020²;
- iv. Ficha cadastral atualizada³; e
- v. Declaração de veracidade dos documentos⁴.

A capa do processo de matrícula de leiloeiro pode ser encontrada em https://jucisrs.rs.gov.br/upload/arquivos/202012/21162017-capadeprocesso-rs.docx e deve ser preenchida da seguinte maneira:

"ATO E EVENTO" DEVE SER PREENCHIDO COM O NÚMERO 310 – "Outros Documentos de Interesse Empresa/Empresário" – E A NATUREZA JURÍDICA DEVE SER PREENCHIDA COM O NÚMERO 900-0:



b) Agenda para entrega de documentos

De posse desses documentos, providenciar o agendamento nos moldes do item **2, "b"**.

https://admin.jucisrs.rs.gov.br/upload/arquivos/202012/10144014-resolucao-n-005-2020.pdf

https://jucisrs.rs.gov.br/upload/arquivos/202302/13162419-modelo-ficha-cadastral-de-leiloeiro.pdf

⁴ https://jucisrs.rs.gov.br/upload/arquivos/201812/21153959-declaracao-veracidade-anexo-resolucao-011-2018.doc



4. PREPOSTO DE LEILOEIRO

a) Protocolo de indicação

O protocolo de indicação de preposto de leiloeiro é físico e realizado mediante agendamento prévio nos moldes do item 2, "b".

b) Documentos necessários

Os documentos necessários à indicação de preposto são:

- i. Capa do processo, já detalhado em tópico anterior (3, "a"), preenchido com
 Ato e Evento 407 INDICAÇÃO DE PREPOSTO DE LEILOEIRO –
 Natureza Jurídica 900-0;
- ii. Declaração de residência⁵;
- iii. Declaração de desimpedimento⁶;
- iv. Cópia autenticada dos documentos pessoas do preposto (RG e CPF);
- v. Comprovante de quitação eleitoral;
- vi. Certidões negativas de distribuição em matéria cível, criminal, falimentar, patrimonial e de execuções fiscais expedidas pelas Justiça Estadual e Federal;
- vii. Certidão negativa de débito junto à Fazenda Pública, INSS, FGTS e de Títulos Protestados;
- viii. Comprovante de pagamento da guia de arrecadação, já detalhada em tópico anterior (2, "a"), código 407 INDICAÇÃO DE PREPOSTO DE LEILOEIRO.
- ix. Ser cidadão brasileiro;
- x. Encontrar-se no pleno exercício dos seus direitos civis e políticos;
- xi. Estar reabilitado, se falido ou condenado por crime falimentar;
- xii. N\u00e3o estar condenado por crime, cuja pena vede o exerc\u00e1cio da atividade mercantil;
- xiii. Não integrar sociedade de qualquer espécie ou denominação, ressalvadas as sociedades cujo 20 objeto social seja exclusivamente a gestão patrimonial de bens próprios ou a participação em capital social ou ações de outras pessoas jurídicas (holding pura).
- xiv. Não exercer o comércio, direta ou indiretamente, no seu ou alheio nome;
- xv. Não ter sido punido com pena de destituição da profissão de leiloeiro, ressalvado o disposto no art. 98; e

https://jucisrs.rs.gov.br/upload/arquivos/202302/13162417-modelo-de-declaracao-de-residencia.pdf

⁶ https://jucisrs.rs.gov.br/upload/arquivos/202302/13162416-modelo-de-declaracao-de-desimpedimento.pdf



xvi. Ter idoneidade comprovada mediante a apresentação de identidade e certidões negativas expedidas pelas Justiças Federal, Estadual e do Distrito Federal, no foro cível e criminal, correspondentes à circunscrição em que o candidato tiver o seu domicílio, relativas ao último quinquênio.

OBSERVAÇÃO: Cada leiloeiro pode ter apenas **UM PREPOSTO**.

5. GARANTIA

a) Valor da caução e formas de garantia

O valor atual (julho de 2023) da caução no Rio Grande do Sul é de R\$42.510,00 (quarenta e dois mil quinhentos e dez reais) e pode ser prestada, de acordo com o que estabelece o artigo 50, da <u>IN DREI 52/2022</u>, "em dinheiro, fiança bancária ou seguro garantia".

As formas mais comuns de caução apresentadas são em dinheiro e em seguro garantia.

A caução em dinheiro deve ser depositada em conta bloqueada a ser aberta na Agência Duque de Caxias do Banrisul. A abertura da conta, bem como qualquer movimentação, depende de ofício expedido pela JUCISRS.

Já nos casos de seguro garantia, a segurada escolhida pelo leiloeiro deve atender aos requisitos do § 4º do artigo acima mencionado, quais sejam:

A junta comercial deverá figurar na apólice de fiança ou seguro como segurada e o leiloeiro como tomador, cuja vigência deverá abranger o período de 16 (dezesseis) meses, facultado ao interessado oferecer garantia para períodos superiores.

b) Procedimento para substituição da caução (DINHEIRO/APÓLICE)

De acordo com a Instrução de Serviço 001/2020, publicada no DOE em 31 de janeiro de 2020, o leiloeiro pode solicitar a substituição da caução em dinheiro por apólice. Nesse sentido, assim dispõe a norma:

Art. 1º As solicitações de alteração da forma de garantia deverão ser protocolizadas como documento de interesse, mediante pagamento do preço devido, de forma física, no balcão de protocolo da JUCISRS ou em qualquer uma de suas unidades desconcentradas.



Parágrafo primeiro: quando o requerimento não for assinado pelo leiloeiro, deve-se anexar ao pedido procuração com poderes específicos para a prática do ato.

Parágrafo segundo: no requerimento, deve constar endereço de correio eletrônico (e-mail) para notificações sobre o procedimento de substituição da forma de garantia, sendo responsabilidade do leiloeiro comunicar, se houver, alteração do e-mail informado. Qualquer comunicação referente ao procedimento em tela será feita exclusivamente pelo e-mail informado no requerimento.

Parágrafo terceiro: deverão instruir o processo de substituição o requerimento de alteração; a procuração, quando houver; cópia autenticada da carteira de exercício profissional; certidão de regularidade de matrícula; e a apólice a ser utilizada como garantia.

Parágrafo quarto: deferido o pedido de substituição da garantia, o leiloeiro será notificado, por e-mail, da data em que deverá comparecer na Junta Comercial para retirar o ofício de levantamento da caução em dinheiro, bem como apresentar o comprovante do pagamento da apólice apresentada.

Art. 2º Ajunta comercial deverá figurar na apólice como segurada e o leiloeiro como tomador e o valor do seguro deve ser igual ao valor da caução em vigência no período da contratação.

Parágrafo único: havendo alteração do valor da caução, fica o leiloeiro obrigado a complementar o valor da caução no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, contados da publicação do ato que aumentar o valor da caução no Diário Oficial do Estado, sob pena de ser iniciado procedimento administrativo de destituição.

Art. 3º A vigência da apólice deve ser de 16 (dezesseis) meses, sendo necessária a apresentação de novo endosso com antecedência mínima de 4 (quatro) meses com data de vigência para o primeiro dia posterior ao vencimento do contrato anterior.

Parágrafo único: é de responsabilidade do leiloeiro apresentar a renovação à Junta Comercial dentro do prazo estabelecido.

Art. 4º Ultrapassado o prazo de apresentação do novo endosso, será lançada, nos cadastros e no sítio eletrônico da junta comercial, a informação de que o leiloeiro se encontra em situação irregular.

Parágrafo primeiro: será o leiloeiro comunicado, pelo endereço de e-mail informado no requerimento, de que deve apresentar a renovação no prazo de 10 (dez) dias úteis, sob pena de ser iniciado procedimento administrativo de destituição.



Parágrafo segundo: após o início do procedimento administrativo será necessária a apresentação de apólice que atenda ao estabelecido acima. Caso não seja possível a emissão de apólice com data que possibilite a continuidade da garantia, será necessária nova contratação.

Art. 5º Em caso de nova contratação, o leiloeiro deverá apresentar declaração se responsabilizando pelas infrações cometidas em data anterior a nova contratação.

Art. 6º Esta Instrução de Serviço entra em vigor na data de sua publicação.

Assim, para fins de substituição da caução em dinheiro por apólice, o usuário deve:

- juntar a solicitação com capa do processo, já detalhado em tópico anterior
 (3, "a"), preenchido com Ato e Evento 310 OUTROS DOCUMENTOS
 DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESÁRIO Natureza Jurídica 900-0;
- ii. Juntar comprovante de pagamento da guia de arrecadação, já detalhada em tópico anterior (2, "a"), código 310 – OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESÁRIO;
- iii. Juntar a apólice ao processo; e
- iv. Promover o agendamento para entrega dos documentos, na forma demonstrada no item 2, "b".

c) Saque de rendimentos

A solicitação de saque dos rendimentos pode dar-se mediante envio, por e-mail, da solicitação para <u>recursos@jucisrs.rs.gov.br</u>, ou via central de atendimento da JUCISRS.

A solicitação deve ser encaminhada via ofício, com a qualificação do leiloeiros e os dados da conta caução.

A solicitação deverá ser assinada pelo leiloeiro ou por procurador com instrumento de **mandato específico para a prática do ato**. Neste caso, a procuração deve ser apresentada juntamente com a solicitação.

A solicitação deve ser assinada de forma eletrônica com certificação ICP Brasil ou utilizar qualquer outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, nos termos do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020; ou física com reconhecimento de firma por autenticidade.



Só é permitido o saque dos rendimentos uma vez a cada ano, nos termos do artigo 53, da <u>IN DREI 52/2022</u>:

É permitida, anualmente, ao leiloeiro a retirada dos rendimentos, atualizações ou correções da poupança que excederem o valor da caução em vigor a época, sempre por requisição e autorizada pela junta comercial, de acordo com o art. 6° e parágrafos do Decreto n° 21.981, de 1932.

d) Renovação de apólice

A renovação da apólice, nos termos do \$ 5° do artigo 50 da IN DREI 52/2022, deverá ser presentada com antecedência mínima de 4 (quatro) meses, com data de vigência para o primeiro dia posterior ao vencimento do contrato anterior, a fim de que não haja solução de continuidade da garantia.

O procedimento para a protocolização do processo de renovação é o seguinte:

- v. Juntar a solicitação com capa do processo, já detalhado em tópico anterior
 (3, "a"), preenchido com Ato e Evento 310 OUTROS DOCUMENTOS
 DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESÁRIO Natureza Jurídica 900-0;
- vi. Juntar comprovante de pagamento da guia de arrecadação, já detalhada em tópico anterior (2, "a"), código 310 OUTROS DOCUMENTOS DE INTERESSE EMPRESA/EMPRESÁRIO;
- vii. Juntar a apólice e comprovante de pagamento da apólice ao processo; e
- viii. Promover o agendamento para entrega dos documentos, na forma demonstrada no item 2, "b".

6. CERTIDÃO DE LEILOEIRO

a) Procedimento

Para solicitar certidão de leiloeiro o usuário deve acessar o portal de serviços da JUCISRS⁷ e clicar em "ServiçosWeb":

24

⁷ https://jucisrs.rs.gov.br/portal-redesim-6267f7309180e





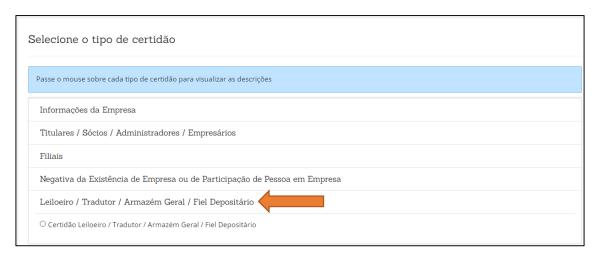
ESCOLHA A OPÇÃO "CERTIDÃO ESPECÍFICA DIGITAL"



CLIQUE EM "NOVA SOLICITAÇÃO"



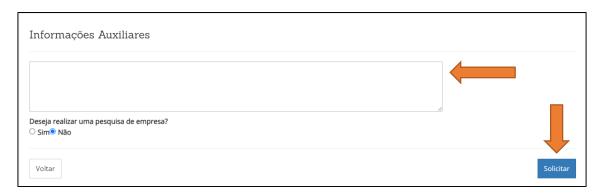
SELECIONE A OPÇÃO "CERTIDÃO LEILOEIRO / TRADUTOR / ARMAZÉM GERAL / FIEL DEPOSITÁRIO".



25



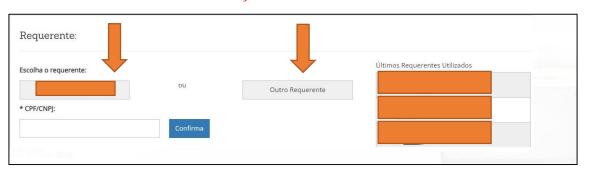
NA TELA SEGUINTE INFORME OS DADOS DO LEILOEIRO SOBRE O QUAL DESEJA A CERTIDÃO E INDIQUE O TIPO DE CERTIDÃO QUE DESEJA (REGULARIDADE DE MATRÍCULA, CERTIDÃO DE PREPOSTO, ETC.) E CLIQUE EM SOLICITAR.



AO APARECER A TELA COM OS DADOS DA SOLICITAÇÃO E O VALOR DA CERTIDÃO, CLIQUE EM SOLICITAR SERVIÇO PARA CONCLUIR.

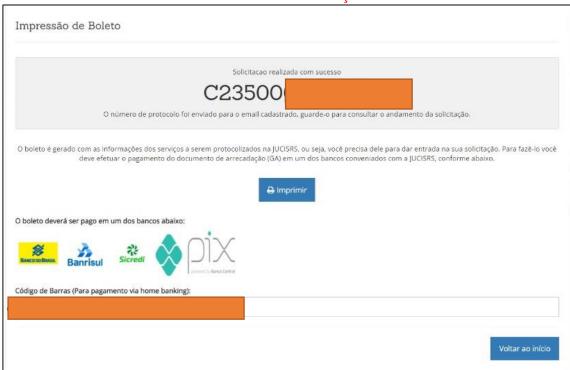


ESCOLHA O REQUERENTE, CASO JÁ TENHA CADASTRO, OU ESCOLHA A OPÇÃO "OUTRO REQUERENTE" E INFORME OS DADOS PARA GERAR A GUIA DE ARRECADAÇÃO.



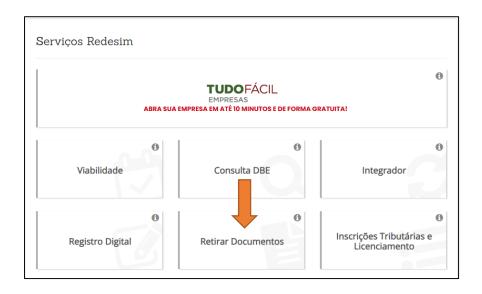


APÓS CLICAR EM CONFIRMAR SERÁ INFORMADO O NÚMERO DO PROTOCOLO DA CERTIDÃO E AS INFORMAÇÕES SOBRE O PAGAMENTO.



b) Como retirar a certidão

Para retirar a certidão, a parte interessada deve acessar o portal de serviços da JUCISRS⁸ e ir em "Retirar Documentos".



27

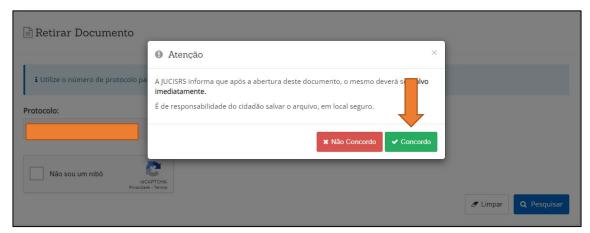
⁸ https://jucisrs.rs.gov.br/portal-redesim-6267f7309180e



INFORME O NÚMERO DO PROTOCOLO DA SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO E SELECIONE A CAIXINHA "NÃO SOU UM ROBÔ". DEPOIS, CLIQUE EM PESQUISAR.



CLIQUE EM "CONCORDO".



EM SEGUIDA, FAÇA O *DOWNLOAD* DE SUA SOLICITAÇÃO.





c) Como retornar uma solicitação em exigência

Para retornar uma situação em que foi lançada exigência, a parte interessada deve acessar o portal de serviços da JUCISRS⁹ em clique em "Serviços Web".



ESCOLHA A OPÇÃO "CERTIDÃO ESPECÍFICA DIGITAL".



ESCOLHA A OPÇÃO "CONSULTAR SOLICITAÇÃO".



INFORME O NÚMERO DO PROTOCOLO DA SOLICITAÇÃO DE CERTIDÃO E SELECIONE A CAIXINHA "NÃO SOU UM ROBÔ". DEPOIS, CLIQUE EM PESQUISAR.

⁹ https://jucisrs.rs.gov.br/portal-redesim-6267f7309180e





NO CAMPO "RESPOSTA", A PARTE INTERESSADA PODE SE MANIFESTAR ACERCA DA PENDÊNCIA LANÇADA. APÓS A MANIFESTAÇÃO, SE HOUVER, CLIQUE EM "ENVIAR".



7. OUTRAS PERGUNTAS FREQUENTES

a) Atualização cadastral

Para fins de atualização cadastral, o leiloeiro pode realizar a solicitação, por email, mediante requisição assinada de forma eletrônica com certificação ICP Brasil ou utilizar qualquer outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em



forma eletrônica, nos termos do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020; ou física com reconhecimento de firma por autenticidade.

b) Sou leiloeiro e quero abrir uma empresa

A inscrição de empresário individual com atividade exclusiva de leiloaria só é permitida a profissionais regularmente matriculados nesta Junta Comercial, Industrial e Serviços do Rio Grande do Sul, conforme art. 58 da IN DREI 52/2022.

O requerimento de inscrição deverá ser acompanhado de certidão de regularidade de matrícula como instrumento hábil da prova de sua matrícula.

Nenhum outro tipo jurídico será admitido para o registro da atividade de leiloaria.

É vedada a transformação de tipo jurídico do empresário individual com atividade de leiloaria, assim como a sua participação em outros tipos societários.

O registro do leiloeiro como empresário individual é único, podendo, ainda, abrir filiais nas demais juntas que esteja matricula.

A abertura de empresa individual deve ser via Portal de Serviços da JUCISRS – Registro Digital.

Procedimento pode ser observado na Instrução de Serviço 001/2017¹⁰.

c) Dispensa de preposto

- i. Juntar a solicitação com capa do processo, já detalhado em tópico anterior (3, "a"), preenchido com Ato e Evento 408 DISPENSA DE
 - PREPOSTO DE LEILOEIRO Natureza Jurídica 900-0;
- ii. Juntar comprovante de pagamento da guia de arrecadação, já detalhada em tópico anterior (2, "a"), código 408 – DISPENSA DE PREPOSTO DE LEILOEIRO;
- iii. Requerimento assinado pelo leiloeiro requerendo a destituição do preposto ou requerimento assinado pelo preposto indicando que não deseja mais atuar como preposto daquele leiloeiro;
- iv. Carteira de exercício profissional original ou boletim de ocorrência no caso de perda, roubo ou extravio; e

¹⁰ https://jucisrs.rs.gov.br/upload/arquivos/201706/05112601-instrucao-de-servico-001-2017.pdf.



v. Promover o agendamento para entrega dos documentos, na forma demonstrada no item 2, "b".

d) Cancelamento de matrícula

O cancelamento da matrícula do leiloeiro pode dar-se das seguintes formas: a pedido, por falecimento, por incapacidade e por destituição:

- i. O cancelamento da matrícula a pedido pode ser feito mediante protocolo dos seguintes documentos:
 - a) Juntar a solicitação com capa do processo, já detalhado em tópico anterior
 (3, "a"), preenchido com Ato e Evento 406 CANCELAMENTO DE
 MATRÍCULA DE LEILOEIRO Natureza Jurídica 900-0;
 - b) Requerimento de cancelamento da matrícula assinado pelo leiloeiro;
 - c) Carteira de exercício profissional original ou boletim de ocorrência no caso de perda, roubo ou extravio; e
 - d) Juntar comprovante de pagamento da guia de arrecadação, já detalhada em tópico anterior (2, "a"), código 406 – CANCELAMENTO DE MATRÍCULA DE LEILOEIRO.
- O cancelamento por falecimento pode dar-se mediante envio, por e-mail, encaminhando a solicitação para <u>recursos@jucisrs.rs.gov.br</u>, ou via central de atendimento da JUCISRS.
- iii. O cancelamento por incapacidade <u>pode ser solicitado por qualquer</u>
 <u>interessado</u>, por e-mail, encaminhando a solicitação para
 recursos@jucisrs.rs.gov.br, ou via central de atendimento da JUCISRS.
- iv. O cancelamento por destituição é realizado mediante abertura de processo administrativo nos termos da Seção XIV, Capítulo III, da IN DREI 52/2022¹¹.

e) Comunicação de afastamento

A comunicação de afastamento pode dar-se mediante envio, por e-mail, encaminhando a solicitação justificada para recursos@jucisrs.rs.gov.br, ou via central de atendimento da JUCISRS.

Quando for por motivo de saúde, anexar atestado médico, nos termos da <u>IN DREI 52/2022</u>

Art. 59. Quando o leiloeiro precisar ausentar-se do exercício do cargo para tratamento de saúde, requererá licença às Juntas Comerciais, juntando atestado médico e indicando preposto, ou declarando, no requerimento, desde que data entrou em exercício esse seu substituto legal, se o tiver. Parágrafo

¹¹ https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-drei/me-n-52-de-29-de-julho-de-2022-420018872



único. O afastamento do leiloeiro do exercício da profissão, por qualquer outro motivo, será sempre justificado.

f) Oferecimento de denúncia

O artigo 100 da <u>IN DREI 52/2022</u> traz a previsão de oferecimento de denúncia contra o leiloeiro público oficial.

A denúncia sobre irregularidade praticada pelo leiloeiro no exercício de sua profissão será dirigida ao Presidente da Junta Comercial, devidamente formalizada por escrito e assinada pelo denunciante, com sua qualificação completa, acompanhada das provas necessárias à formação do processo.

A denúncia deve ser assinada de forma eletrônica com certificação ICP Brasil ou utilizar qualquer outro meio de comprovação da autoria e integridade de documentos em forma eletrônica, nos termos do § 2º do art. 10 da Medida Provisória nº 2.200-2, de 24 de agosto de 2001, e da Lei nº 14.063, de 23 de setembro de 2020; ou física com reconhecimento de firma por autenticidade.

g) Relação de leiloeiros

A relação de leiloeiros pode ser localizada no seguinte link: http://sistemas.jucisrs.rs.gov.br/leiloeiros/.

h) Como faço para solicitar segunda via de termo de compromisso?

O leiloeiro deverá entrar em contato com a Central de Atendimento da JUCISRS - https://jucisrs.rs.gov.br/central-de-atendimento - e solicitar a emissão de uma guia avulsa no valor de UMA certidão de inteiro teor referente a atos de empresa individual.

Recebendo a Guia de Arrecadação deverá realizar o pagamento e agendar horário para atendimento presencial na JUCISRS - https://jucisrs.rs.gov.br/agendamento-para-protocolo-de-processos.

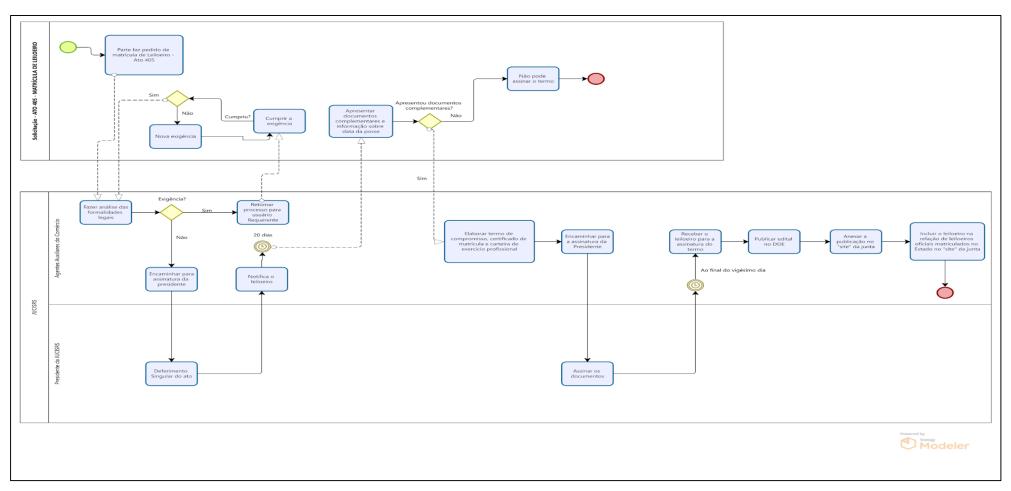
Na data agendada deve comparecer com um requerimento assinado, solicitando a segunda via do termo de compromisso, a guia de arrecadação e o comprovante de pagamento e solicitar o protocolo da requisição.

O leiloeiro deverá acompanhar o protocolo da sua solicitação pelo Portal de Serviços da JUCISRS - http://portalservicos.jucisrs.rs.gov.br/ - e quando estiver deferido agendar novo atendimento para retirada da segunda via do termo.

É necessário apresentar o protocolo original para retirar o documento.

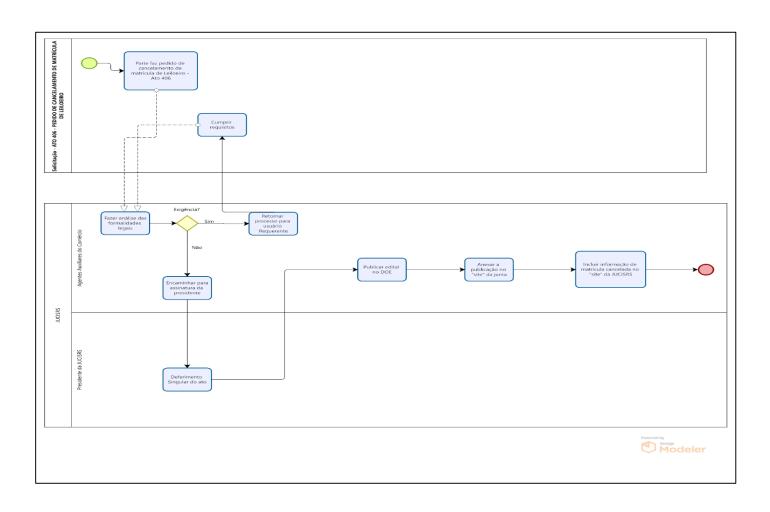


ANEXO I FLUXO DE PROCESSOS DE LEILOEIROS – ATO 405 - MATRÍCULA DE LEILOEIRO



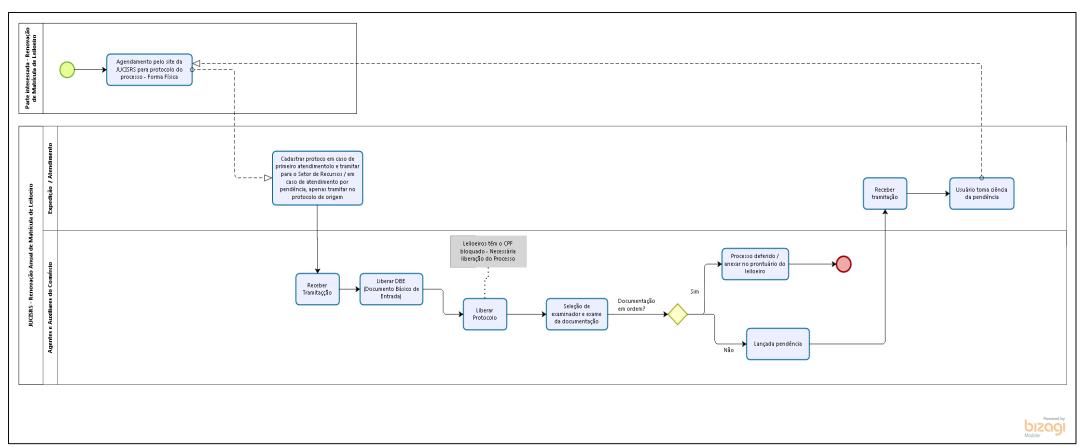


ANEXO II FLUXO DE PROCESSOS DE LEILOEIROS – ATO 406 – PEDIDO DE CANCELAMENTO DE MATRÍCULA DE LEILOEIRO





ANEXO III FLUXO DE PROCESSOS DE LEILOEIROS – RENOVAÇÃO DE MATRÍCULA DE LEILOEIRO





ANEXO IV
FLUXO DE PROCESSOS DE LEILOEIROS – MEDIDAS ADMINISTRATIVAS (LEILOEIROS)

